

Governo e CTA juntos no novo plano para o desenvolvimento industrial



CTA

- Governo e CTA juntos no novo plano para o desenvolvimento industrial - p. 1, p. 2
- Fórum sobre Crescimento Económico junta personalidades de topo em Maputo - p. 2
- Obras Públicas e Habitação em debate no encontro do CEN - p. 3
- Aprovado o novo regulamento da actividade industrial - p. 4
- Destaques da análise de mercado desta semana - p. 4
- Abertas as candidaturas para os prémios qualidade Moçambique - p. 4
- Entrega da folha de "Relação nominal" - p.5

EVENTOS

- Seminário sobre avaliação do Impacto da Terminal Especial de Nacala - p. 4

INDICADORES ECONÓMICOS

- Taxas de câmbio e taxa de inflação - p. 5
- Calendário fiscal - p. 5

É um momento histórico para Moçambique. A descoberta e início de exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos no país colocam enormes desafios a vários sectores da economia Moçambicana.

Conscientes do momento *suis generis* que vivem, o Governo Moçambicano e a CTA, na qualidade de representante do sector privado, quiseram selar publicamente, na passada quinta-feira, o compromisso de trabalhar em conjunto as acções estratégicas para o novo quadro de desenvolvimento industrial.

O projecto de revisão da Política e Estratégia Industrial 2015-2019 a ser aprovado pelo Governo, terá por base um estudo que vai ser elaborado pela consultora Ernst & Young e financiado pelo Fundo de Ambiente de Negócios (FAN) com um prazo de 3 meses para entrega.

A indústria ocupa a terceira posição na contribuição para o PIB Moçambicano, atrás da agricultura e dos transportes. A ideia é reverter este cenário para que a indústria nacional cresça, acompanhando toda a economia.

Mubarak, Presidente do Pelouro da Indústria e Comércio da CTA, disse que este projecto é um "sonho de vários anos" e recomendou alguns pontos essenciais a ser analisados pelo estudo dos quais destacou o acesso ao financiamento e às tecnologias modernas, o acesso às matérias-primas de qualidade a preços competitivos e à mão-de-obra qualificada, a redução dos custos de transacção e a criação do fundo industrial. Fórum sobre Crescimento Económico junta personalidades de topo em Maputo.

O Ministro da Indústria e Comércio, Armando Inroga, afirmou que neste projecto estão envolvidos actores do sector público e privado e que é ao sector privado que cabe “*desenhar e definir essa política*”. Disse ainda que o sector público tem de funcionar apenas de “*suporte*” para o sector privado.

Além disso, Armando Inroga lembrou o plano governamental de desenvolvimento industrial 2007-2012, que serve hoje de ponto de partida para a sua reavaliação.

O Ministro da Indústria e Comércio Moçambicano considera que devem existir mais instituições de suporte ao sector privado, como os Ministérios da Agricultura, Finanças, Planificação e Desenvolvimento,

Obras-Públicas, Comércio e outros como o Instituto de Promoção das PMEs, para que, todos juntos, desenhem uma estratégia consensual para o futuro do país.

A consultora Ernst & Young, comprometeu-se a dialogar e auscultar os vários sectores da economia de norte a sul do país e esboçou já alguns aspectos que considera cruciais na política de desenvolvimento industrial, como a falta de infra-estruturas, a qualificação da mão-de-obra e a qualidade da indústria.

Moçambique prova assim que o ambiente que se vive é grande abertura entre o Governo e o sector privado, abrindo caminho ao investimento nacional e internacional.

Forúm sobre Crescimento Económico junta personalidades de topo em Maputo



John Sutton London School of Economics

Otilia Pacule CTA

John Sutton (LSE)
Edgar Baloi (CTA)
Jonathan Leape (IGC)
Amélia Nakhare (Governo)
Claudio Frischtak (IGC)
Constantino Marrengula (Universidade Eduardo Mondlane)

Maputo recebeu na sexta-feira passada personalidades de topo do mundo académico, político e empresarial, para discutir o futuro da economia Moçambicana.

Esta foi uma iniciativa do International Growth Center (IGC) - dirigido e organizado pela LSE e Universidade de Oxford, e financiado pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) - em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Indústria e Comércio e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique - CTA, e decorreu no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano.

Tendo como tema principal o lançamento do estudo sobre o “*Mapa Empresarial de Moçambique*” da autoria do Professor John Sutton, da London School of Economics (LSE), foram discutidas as implicações

de política do mapa empresarial para o desenvolvimento do sector privado em Moçambique.

Para o Prof. John Sutton, a “*questão económica fundamental para Moçambique é se a taxa de crescimento pode ser sustentada por mais uma década*”.

Sendo que todos consideram necessário que o sector industrial do país tenha um avanço substancial, e que o “*timing para Moçambique é agora*” torna-se importante indagar sobre alguns aspectos fundamentais como sejam: as actuais capacidades industriais de Moçambique, origem dos recursos, e, principalmente, quais as perspectivas de integração das empresas locais na cadeia de valor da nova indústria de gás *offshore*.

O livro de John Sutton, “*Mapa Empresarial de Moçambique*” oferece uma visão geral do sector industrial Moçambicano (agro-negocio, indústria e construção) e das futuras oportunidades nos vários sectores.

Obras Públicas e Habitação em debate no encontro do CEN



Rogério Manuel
Presidente da CTA



Francisco Pereira
Vice- Ministro das Obras Públicas e
Habitação



Paulo Sousa
Presidente Executivo do BCI

Num momento em que o sector de construção civil regista um crescimento assinalável, o sector público e privado encontraram-se para debater as questões do custo da habitação e dos possíveis cenários para a sua redução.

Políticos e empresários aproveitaram a sessão de abertura do Conselho Empresarial Nacional para discutir soluções para a criação de habitação adequada em Moçambique.

Diversos factores foram apontados como responsáveis pelo elevado preço da habitação: o elevado custo dos materiais de construção, a falta de infra-estruturas ou a falta de investimento são alguns dos exemplos.

O Presidente da CTA, Rogério Manuel, disse ser obrigatório “*reforçar a capacidade das empresas de construção e de produção dos materiais necessários para melhorar a resposta à grande procura*”.

Além disso, os baixos rendimentos da maioria das famílias moçambicanas foi assinalado como factor que dificulta o acesso ao crédito à habitação.

Francisco Pereira, Vice-Ministro das Obras Públicas e Habitação, salientou os investimentos em infra-estruturas que o Governo tem vindo a fazer desde 2005, quer no sector das águas, estradas e redes.

No que diz respeito ao sector das águas, Francisco Pereira refere que “*apesar do Governo ter investido neste sector nos últimos 10 anos cerca de mil e quinhentos milhões de USD, ainda temos grandes desafios, em particular nas zonas*

rurais, onde cerca de metade da população não tem ainda acesso a água potável e a um saneamento adequado, sendo nosso desafio o alcance da cobertura universal em linha com a Agenda de 2005”.

Ainda, no domínio da legislação para a promoção de empreiteiros e consultores nacionais, foi referida a aprovação pelo Governo do regulamento do exercício da actividade de empreiteiro e consultor de construção civil, o DL 94/2013 de 31 de Dezembro, que vem simplificar o processo de licenciamento das empresas bem como descentralizar as competências para as comissões provinciais de licenciamento para que estas possam atribuir alvarás da 4 Classe com validade de 36 meses em todo o território nacional.

Custos, qualidade e formas de acesso, ocuparam os debates dos agentes políticos e económicos presentes, que firmaram o compromisso de estar juntos na promoção do acesso a uma habitação condigna e acessível aos cidadãos e melhoria da sua qualidade de vida. Paulo Sousa, Presidente Executivo do BCI, apontou os custos do terreno, de construção e de financiamento bem como a margem do promotor como factores que influenciam o valor da habitação.

Agostinho Vuma, Vice-Presidente da CTA, disse também que este tema se justifica pelo interesse económico das empresas moçambicanas, mas também pelo interesse social do desenvolvimento destes sectores.

Várias personalidades da banca moçambicana estiveram presentes.

Aprovado o novo regulamento da actividade industrial

Devido à necessidade de actualizar o regime de licenciamento da actividade industrial face ao desenvolvimento industrial em curso no País, o Governo simplificou a legislação e descentralizou o processo de licenciamento para o exercício da actividade industrial, tornando

célere a sua tramitação. Assim, informa-se que o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 22/2014 de 16 de Maio que aprova o Regulamento de Licenciamento da Actividade Industrial.

Destaques da análise de mercado desta semana

Esta semana, o preço dos metais (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel), e o preço no sector agro-pecuário (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz e carne de porco) tem vindo a apresentar quedas. O alumínio está em alta. No sector da energia (petróleo, gás natural e carvão) os preços subiram, apesar da queda do preço do carvão.

A contínua subida de procura de liquidez no MMI pode apontar para alguns riscos nos principais indicadores macro-económicos,

nomeadamente, no levantamento de moeda externa (taxa de câmbio), nacional (taxa de juro) e bens e serviços (preços).

Assim sendo, a próxima sessão do Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique prevista para dia 16 de Junho poderá trazer decisões de relevo, não necessariamente na alteração das taxas de referências, mas principalmente na (re)adequação da base monetária ou quantidade de moeda em circulação na economia e, a partir daí, influenciar diversos instrumentos de captação de liquidez.

Abertas as candidaturas para os prémios Qualidade Moçambique

Estão abertas as candidaturas para os prémios Qualidade Moçambique.

Os prémios da Qualidade Moçambique estão organizados em cinco categorias:

- ♦ Empresa/Organização do Ano
- ♦ Produto do Ano
- ♦ Serviço do Ano
- ♦ Exportador do Ano
- ♦ Indivíduo do Ano
- ♦ Empresária do Ano



Para mais informações e consultar regulamento contactar:

♦ vcadir@cta.org.mz

Seminário sobre avaliação do Impacto da Terminal Especial de Nacala

Terá lugar no dia 19 de Junho de 2014, das 8:30 às 11:30, no complexo residencial nº 1 da Autoridade Tributária de Moçambique, Cidade Baixa-Nacala Porto, localizada na Rua da Mogas, o Seminário de apresentação, debate e validação dos resultados preliminares do Estudo sobre Avaliação do Impacto da Terminal Especial de Nacala vulgo TEEN, levada a cabo em parceria com a Autoridade Tributária de Moçambique e a USAID/SPEED.

Este estudo sistematiza, por um lado, os resultados sob o ponto de vista das implicações jurídicas e de eficiência económica do uso obrigatório da TEEN nas exportações de Moçambique, o tempo despendido no processo do desembaraço aduaneiro, as condições logísticas e de

entrosamento entre o estipulado no quadro de procedimentos e a sua implementação e, por outro lado, faz uma análise comparativa das boas praticas internacionais no uso de portos secos e sugere opções e recomendações válidas no contexto de Moçambique.

Os interessados (importadores, exportadores, académicos e sociedade civil) podem inscrever-se até dia 18 através dos seguintes contactos:

♦ Orzêndio Zimba

Tel: +258 84 20 59 237 / Email: orzimba@cta.org.mz

♦ Mussagy Hassane

Tel: + 258 84 69 35 460 / Email: mussagycifc@gmail.com

Entrega da folha de "Relação nominal"

Do dia 1 de Abril até o dia 30 de Junho, deve ser entregue a folha de relação nominal de todas as empresas ao Ministério do Trabalho.

Esta retracts a situação de todos os trabalhadores da empresa. A entrega fora do prazo leva ao pagamento de uma multa.

Indicadores económicos

Taxas de câmbio - 18.06.2014

Moeda	Compra	Venda
EUR	41,50	42,34
USD	30,60	31,22
ZAR	2,84	2,90

www.bci.co.mz

Taxa de inflação

Mês	Taxa
Fevereiro	0,660
Janeiro	1,140
Dezembro	0,640

Instituto Nacional de Estatísticas

Calendário fiscal -Junho 2014

• Até ao dia 10	Entrega, nas Direcções de Áreas Fiscais pelos Serviços Públicos, das receitas por elas cobradas, no mês anterior.
• Até ao dia 20	Pagamento do IRPS e IRPC, retido na fonte relativo ao mês anterior; n° 3 do art. 29 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto n° 8/2008, de 16 de Abril e n° 5 do art. 67 do CIRPC, aprovado pela Lei n° 34/2007, de 31 de Dezembro
• Até ao último dia do mês	Pagamento do IVA relativo ao mês anterior; pelos sujeitos passivos do regime normal, n° 1 art.32 do CIVA, aprovado pela Lei 32/2007 de 31 de Dezembro.
• Até ao último dia do mês	Pagamento da 1ª Prestação do Pagamento por Conta do IRPS, 2a Categoria, n.1 do art.33 do Regulamento do CIRPS, aprovado pelo Decreto n° 8/2008, de 16 de Abril.
• Até ao último dia do mês	Pagamento da 1ª Prestação do Pagamento Especial por Conta do IRPC, n°1 do art. 71 do CIRPC, aprovado pela Lei 34/2007, de 31 de Dezembro.
• Até fim de Junho	Entrega da Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal do exercício anterior pelos Sujeitos Passivos do IRPS e IRPC – Modelo 20 e Anexos, n° 3 art. 40 do Regulamento do CIRPC, aprovado pelo Decreto 9/2008 de 16 de Abril.